



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL**

Aos 26 dias do mês de setembro de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 171 e 172, respetivamente, de 12 e 20 de setembro de 2018;**
- 2. Distribuição do Projeto de Lei n.º 993/XIII/4.ª (PCP) - Prestação social de apoio aos desempregados de longa duração;  
Deputado autor do parecer: GP do PS;**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 979/XIII/3.ª (BE) - Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial.  
Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);**
- 4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com deficiência na Administração Pública (PEIPDAP) (CDS-PP) e do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional (BE);**
- 5. Apresentação de propostas para o Plano de Atividades da 4.ª Sessão Legislativa;**
- 6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP, sobre a situação da trabalhadora corticeira sujeita a repressão e assédio chocante pela Corticeira Fernando Couto - Cortiças, S.A., após despedimento ilegal, para audição, com caráter de urgência, do Sindicato Operários Corticeiros do Norte e União Sindicatos de Aveiro CGTP-IN; Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições de Trabalho e Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL

7. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, sobre a integração de trabalhadores precários da RTP, para audição do Conselho de Administração da RTP e dos trabalhadores precários subscritores da carta ao Governo anexa;**
8. **Outros assuntos.**

- 
1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 171 e 172, respetivamente, de 12 e 20 de setembro de 2018;**

Submetidas à apreciação, foram as atas n.ºs 171 e 172 aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do CDS-PP.

2. **Distribuição do Projeto de Lei n.º 993/XIII/4.ª (PCP) - Prestação social de apoio aos desempregados de longa duração;**  
**Deputado autor do parecer: GP do PS;**

Foi designado autor do parecer o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS).

3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 979/XIII/3.ª (BE) - Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial.**

**Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);**

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou de forma sucinta o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 979/XIII/3.ª (BE).

Previamente à votação, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse ter dúvidas relativamente à necessidade de submeter aquela iniciativa a apreciação pública, matéria que gostava de ver esclarecida. Usou da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) clarificando que aquela iniciativa não se enquadra na definição de legislação laboral constante do Código do Trabalho, pelo que está em condições de subir a Plenário.



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL**

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) interveio dizendo que, não havendo doutrina estabilizada sobre aquela matéria, importava que a Comissão a fixasse.

De novo, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) defendeu a existência de uma doutrina estabilizada na Assembleia a este propósito e que o seu Grupo Parlamentar respeitava escrupulosamente os 30 dias de discussão pública, quanto tal era obrigatório, exceto no caso de arrastamento. Por outro lado, afirmou que não haviam dispensado a consulta, que a iniciativa se encontrava em apreciação e que podia ser consultada na página eletrónica da Assembleia e que, em caso de aprovação, poderiam solicitar-se outras consultas em sede de especialidade.

Por sua vez, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) defendeu que se tratava de legislação laboral, e que cabia ao proponente a decisão sobre se submetia a iniciativa a votação na generalidade no dia agendado.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que, depois de aludir ao preceituado no artigo 470.º do Código do Trabalho e ao entendimento propugnado na Nota Técnica, perguntou se a Comissão entendia que o parecer por si elaborado deveria fazer alusão ao Projeto de Resolução n.º 1824/XIII/4ª (PS) - Recomenda ao Governo o estabelecimento de um limite proporcional para a disparidade salarial no interior de cada organização, que havia dado entrada na véspera.

Depois de o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) ter considerado que perante a interpretação jurídica dos Serviços da Assembleia da República, o projeto de lei se encontrava em condições de ser discutido e votado na reunião plenária de sexta-feira, 28 de setembro, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) assumiu que se havia chegado a um consenso, esclarecendo ainda que o projeto de resolução mencionado, da iniciativa do GP do PS, não havia sido agendado para a mesma sessão plenária do projeto de lei apresentado pelo GP do BE.

Neste momento, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sublinhou a importância deste debate, perguntando se se poderia então entender que haveria



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL

consulta pública dos diplomas que promovessem alterações ao Código do Trabalho, ficando essa discussão nos demais diplomas sujeita à decisão dos proponentes. O Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) partilhou da perplexidade da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), invocando o artigo 134.º do RAR para considerar que a iniciativa em causa versava sobre legislação laboral.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) notou que a interpretação da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), caso vingasse a posição do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), implicaria que tivesse de alterar o parecer que elaborara. Já o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) realçou que se pretendia votar o parecer e não fixar Doutrina, e que quem considerasse que a iniciativa não reunia condições para ser votada em plenário na sexta-feira seguinte, poderia sempre votar contra.

Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que propugnou uma clarificação sobre esta questão duvidosa, afirmando que a Comissão era soberana e que o sentido de voto do seu Grupo Parlamentar (abstenção) decorria dessas dúvidas.

Na discussão que se seguiu, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) sugeriu que a Comissão se pudesse pronunciar sobre a natureza laboral da iniciativa, tendo o GP do BE solicitado o adiamento desse ponto para a próxima reunião. Destarte, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) declarou não poder aceitar que não se assumisse a natureza laboral do diploma, e que para isso bastava dar cumprimento ao Regimento da Assembleia da República (RAR), não estando em causa os requisitos para discussão em plenário, mas sim para a votação. O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) propôs que se fixasse Doutrina no sentido de cumprir em regra o entendimento da Nota Técnica, ou eventualmente consolidar a orientação a seguir em reunião de Mesa e Coordenadores. A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) propôs então que se aditasse ao parecer uma referência à dispensa da apreciação pública pelos proponentes, o que motivou uma declaração de voto do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que considerou esta proposta ilegal, entendendo que a abertura do prazo de debate público decorria



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL

necessariamente do RAR e do Código do Trabalho. Por fim, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) defendeu que a iniciativa só regulava o acesso a concursos públicos e afins, sendo assim facultativa a sua sujeição a discussão pública. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

- 4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com deficiência na Administração Pública (PEIPDAP) (CDS-PP) e do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional (BE);**

Neste ponto, a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) solicitou o adiamento desta discussão até ao final do mês de outubro, no que foi acompanhada pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), propondo embora um adiamento de uma ou duas semanas. Depois do debate que se seguiu, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) afirmou que o seu Grupo Parlamentar estava disponível para superar as dificuldades de agendamento, desde que houvesse empenho para que esta matéria fosse votada ainda antes do Orçamento do Estado para 2019 (OE). Neste sentido, fixou-se o dia 15 de outubro de 2018 (segunda-feira) como data-limite para a apresentação de propostas de alteração a ambos os diplomas, agendando-se a discussão e votação na especialidade para a reunião ordinária de quarta-feira, 17 de outubro.

- 5. Apresentação de propostas para o Plano de Atividades da 4.ª Sessão Legislativa;**

O Senhor Presidente deu conta de que não haviam sido apresentadas propostas para o plano de atividades, adiando-se assim este ponto para a próxima reunião, não sem que antes a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sugerisse uma avaliação e uma ponderação do que já havia sido feito durante a Legislatura, e do que faltava ainda fazer.

- 6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP, sobre a situação da trabalhadora corticeira sujeita a repressão e assédio chocante pela Corticeira Fernando Couto - Cortiças, S.A., após despedimento ilegal,**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL

**para audição, com caráter de urgência, do Sindicato Operários Corticeiros do Norte e União Sindicatos de Aveiro CGTP-IN; Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições de Trabalho e Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**

No âmbito deste ponto, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sugeriu a inclusão da audição da empresa aqui em causa, o que mereceu a concordância da Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que mencionou a urgência das audições requeridas, que deveriam ser realizadas pela ordem apresentada.

No debate que se seguiu, considerou-se que não se procederia à audição da trabalhadora visada, mas tão só dos seus representantes sindicais.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade.

**7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, sobre a integração de trabalhadores precários da RTP, para audição do Conselho de Administração da RTP e dos trabalhadores precários subscritores da carta ao governo, anexa a este requerimento;**

Neste ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) sugeriu o alargamento das audições ao Senhor Ministro da Cultura e aos Sindicatos afetos à CGTP-IN com representantes na RTP, acrescentando que faria chegar a listagem detalhada dessas estruturas sindicais. Esta proposta mereceu a anuência do GP requerente, tendo o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apontado para a realização de uma audição conjunta dos representantes sindicais, visto que a primazia deveria ser concedida aos subscritores da carta aberta ao Governo.

Por sua vez, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sugeriu o alargamento aos sindicatos da UGT, enquanto o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) anunciou que o seu Grupo Parlamentar não se opunha a todas estas audições, às quais acrescentou a comissão e a subcomissão de trabalhadores, antevendo porém algumas dificuldades de agendamento. Referiu ainda que por cortesia deveria ser envolvida a 12.ª Comissão nestas audições, convidando-se os seus membros para nelas estarem presentes.

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

O requerimento foi então aprovado por unanimidade, decidindo-se que as audições poderiam ser agendadas para as 10h das quartas-feiras, até ao final de 2018.

#### 8. Outros assuntos.

Neste derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou que fosse transmitido o carácter de urgência das audições dos Senhores Secretários de Estado da Saúde e da Segurança Social, ainda em falta, no âmbito do Grupo de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal, decidindo-se depois, caso a fosse resposta negativa, se o Grupo de Trabalho prolongava os seus trabalhos ou se abdicava de ouvir aqueles membros do Governo. A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), na qualidade de Coordenadora do referido GT, concordou com esta insistência.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2018.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



Feliciano Barreiras Duarte



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 173/XIII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Carla Barros  
Carla Tavares  
Clara Marques Mendes  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Anacoreta Correia  
Joana Barata Lopes  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
José Rui Cruz  
Maria das Mercês Borges  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sofia Araújo  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
Laura Monteiro Magalhães  
Maria da Luz Rosinha  
Maria Germana Rocha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Isabel Pires  
Luís Soares  
Sandra Pereira

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Roque